

Para parlamentares, governo tem que provar sua eficácia

O dinheiro que o governo federal gasta para fazer funcionar sua imensa máquina e promover investimentos poderia ser em tese bem menor caso aumentasse sua competência administrativa. Arrecadando o mesmo montante, ele teria mais fundos para repassar.

É um axioma que independe da reforma tributária, por mais que esta, acompanhada de uma redistribuição de atribuições, tenda a acentuar ainda mais a eficácia na aplicação dos recursos públicos.

O argumento é do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), 36, que, em que pese o previsível exagero para reforçar seu raciocínio, afirma que uma rede de esgoto contratada por uma prefeitura de cidade pequena sai pela metade do preço que a mesma obra contratada, em Brasília, pelo ministério do Interior. Por que então não se descentraliza tudo de vez? Seu diagnóstico: a tecnocracia e a "nomenklatura" brasileiras não querem perder poder. "Os tecnocratas — acrescenta irônico — não gostam de reforma tributária".

É uma tese com a qual não discordaria o também deputado Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), 43, que coloca o dedo numa ferida pouco aventada. Os recursos federais, diz ele, não são apenas repassados aos Estados e Municípios através dos chamados "fundos de participação" (uma parcela dos impostos). Há quantias incomensuráveis de dinheiro que transitam por instituições financeiras como o BNDES e o BNH. Ora, os critérios e as aplicações dessas instituições "não são em absoluto transparentes", podendo servir de instrumentos de pressões e jogadas eleitorais." Ele defende, por

isso, uma transparência maior da política de investimento desses dois bancos, para que tenha, então, uma idéia precisa não só da eficácia, mas também do quanto o dinheiro arrecadado num Estado mais rico é aplicado num Estado mais pobre.

Austeridade e correção

César Maia, 39, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro, acredita que falta ao governo federal austeridade nos gastos e a aplicação correta dos recursos públicos. Cita o exemplo do último aumento do funcionalismo público, baseado no INPC de março e não de maio. A diferença a mais de nove pontos percentuais corresponde a um adicional de despesas de Cr\$ 3 trilhões, que serão de certa forma compensados com o recolhimento antecipado, por parte das empresas, do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI. Ele também vê incoerências entre a origem dos recursos e os encargos operacionais, segundo mecanismos gerados pelo modelo centralizador. É o caso dos transportes, que se expandem através de programas financiados pelo BNDES, ficando com os Estados o déficit operacional.

"Os Estados devem ter receitas permanentes para cobrir seu custeio — argumenta Maia —, pagar os juros de sua dívida e parte dos seus investimentos". Isso pressupõe uma reforma institucional (justamente a tarefa da Constituinte) incluindo redistribuição de dinheiro e deveres. (JBN)

(*) Colaboraram: HELIVAL RIOS, da Sucursal de Brasília, RODRIGO BARBOSA, da Sucursal do Rio, e NELSON ADAMS FILHO, da Sucursal de Porto Alegre.